

Sarney dá isenção a aposentado

BRÁSILIA
AGÊNCIA ESTADO

Os 12 milhões de aposentados e pensionistas do País estarão dispensados, a partir de 1º de julho, da contribuição previdenciária, de acordo com projeto de lei encaminhado ontem ao Congresso, em regime de urgência, pelo presidente José Sarney. Ele assinou também, durante solenidade no Palácio do Planalto, decreto instituindo a comissão encarregada de, no prazo de 90 dias, reestruturar o sistema previdenciário.

Na próxima semana, "dentro da gigantesca tarefa de reformular radicalmente o sistema previdenciário brasileiro", o presidente assinará mais três decretos: um criando a comissão tripartite incorporando patrões e empregados na gestão da Previdência, outro constituindo o conselho comunitário da Previdência e um terceiro instalando em cada Estado um ouvidor geral encarregado de encaminhar queixas e sugestões da população para a melhoria dos serviços.

Essas inovações, para o presidente, traduzem sua expectativa quanto à participação da comunidade, a exemplo do que vem ocorrendo com o plano

cruzado, na fiscalização dos serviços prestados e no combate às fraudes. Ele reiterou sua opção pelo crescimento econômico acompanhado do desenvolvimento social, tendo a Previdência como "peça importante dessa nova visão social da política governamental". E afirmou que, "dada a urgência que requerem as soluções dos problemas sociais, despesas governamentais que não puderem apresentar alguma justificativa social implicam desperdício de recursos. Por isso não nos lançamos em projetos faraônicos. Só faremos o que nos render, direta ou indiretamente, dividendos sociais".

Com a extinção da contribuição de aposentados e pensionistas, cujos descontos variam de 3 a 5% de acordo com os rendimentos, a Previdência deixará de arrecadar mensalmente Cz\$ 1,8 bilhão. Para compensar a perda, o Inamps firmou convênio com o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) para ressarcimento/indenização dos gastos com acidentes graves. Além disso, o Tesouro Nacional responderá perante a Previdência pelos atrasos nas contribuições de órgãos da administração federal, estadual e municipal, informou o ministro Rafael de Almeida Magalhães.

"Só o que render dividendos sociais"

É a seguinte a íntegra do discurso do presidente José Sarney na cerimônia de assinatura da mensagem enviada ao Congresso Nacional:

"Senhoras e senhores,

A prioridade social passa necessariamente pela melhoria da Previdência.

Embora a Previdência dê cobertura a 90% dos brasileiros, o governo está consciente das deficiências de nosso sistema previdenciário.

Por isso estou, hoje, adotando duas medidas importantes: estou enviando projeto de lei ao Congresso Nacional para eliminar a contribuição dos pensionistas e aposentados à Previdência e criando o grupo de trabalho para a reestruturação da Previdência Social.

Este grupo de trabalho funcionará como núcleo de reflexão e formulação. Partirá da análise criteriosa das carências e do levantamento realista das possibilidades para sua superação.

Não podemos e não queremos improvisar um novo curso de ação de maneira apressada e irresponsável, embora não possamos aguardar indefinidamente as soluções.

Por isso, precisamos de nos dar prazos relativamente curtos. Em três meses, o grupo de trabalho deverá apresentar uma proposta abrangente e ampla, sugerindo soluções específicas.

Devemos encontrar maneiras de aumentar os recursos da Previdência. Um dos caminhos possíveis é o de que a comunidade fiscalize os serviços prestados e, com isso, inclusive ajude a Previdência a aprofundar o combate às fraudes. Os fiscais do presidente poderão também contribuir para que se aumente a produtividade dos serviços previdenciários.

Só não queremos, por ser injusto, é que o previdenciário pobre tenha que arcar com os custos de expansão e melhoria da Previdência.

Nessa linha de raciocínio não se justifica a contribuição dos pensionistas e aposentados para a Previdência. Através do projeto de lei que submeto hoje ao Congresso, esta contribuição desaparecerá. Os aposentados e pensionistas já não terão esse ônus. Deixarão de pagar esta contribuição.

Tenho dito que o governo tem uma nova política. Sabemos que o desenvolvimento econômico é fundamental, mas não basta, ele tem que vir acompanhado de desenvolvimento social. Devemos crescer distribuindo, por isso estamos decididos a pensar socialmente nossas políticas econômicas.

Dada a urgência que requerem as soluções dos problemas sociais, despesas governamentais que não puderem apresentar alguma justificativa social implicam desperdício de recursos. Por isso não nos lançamos em projetos faraônicos. Só faremos o que nos render, direta ou indiretamente, dividendos sociais. Já não é suficiente acompanharmos regularmente os indicadores econômicos do País. Vamos ter o mesmo cuidado em acompanhar os indicadores sociais.

Como demonstração de que intensificamos nossos esforços na área social, bastaria mencionar alguns fatos recentes da política do governo: regulamentamos o seguro-desemprego, assinamos os primeiros planos regionais de reforma agrária, estamos definindo uma nova política de crédito rural, tomamos iniciativas em conjunto com as comunidades em áreas tais como educação, lançando, por exemplo, o Programa de Escolas Rurais Comunitárias, estamos adotando medidas que facilitam o acesso da população pobre e carente a alguns alimentos essenciais, isso sem falar na representação dos trabalhadores no Conselho Monetário Nacional, o principal órgão das decisões econômicas do Brasil.

Na realidade, uma das conseqüências do plano cruzado deve ser o crescimento econômico, com distribuição de renda e aumento do emprego.

A Previdência é peça importante dessa nova visão social das políticas governamentais. O resgate da dívida social passa pela reestruturação da Previdência. Sabemos que as iniciativas que estamos tomando hoje inauguram um processo que terá importantes repercussões sobre a vida da grande maioria dos brasileiros nas cidades e no campo.

Nesta questão como em tantas outras, o governo sabe que o êxito de suas iniciativas depende da confiança e da participação do povo.

Por isso está atento às sugestões. Nenhuma sugestão é desperdiçada ou eliminada por preconceito. Nenhuma crítica é desprezada. O grupo de trabalho hoje estabelecido para estudar a reestruturação da Previdência estará atento à sociedade e a suas sugestões.

Não vamos deixar nada para amanhã. Castigados pelo sofrimento, os brasileiros já não podem esperar. É este o momento de fazer. De realizarmos a obra de Justiça. Muito obrigado".